

Consequências e Reflexos da Participação da Feb na Segunda Guerra Mundial

Coronel
Luís Paulo Macedo Carvalho



No balanço final do tributo pago a Marte na Segunda Guerra Mundial, o Brasil colheu bônus e ônus, que chegam a questionar, às vezes, se saímos realmente vitoriosos do conflito.

O Brasil emergente da ilusória coalizão que derrotou o totalitarismo nazifascista não era mais o mesmo. Ganhou dimensão estratégica e importância geopolítica continental e mundial. Ficou comprovado o valor das ilhas oceânicas e do saliente nordestino - cognominado Trampolim da Vitória - para a campanha anti-submarina do Atlântico Sul e para os teatros de operações da China-Burma-Índia e do Mediterrâneo. Eram evidentes as marcantes transformações políticas, econômicas, militares e psicossociais verificadas no pós-guerra.

A aliança Brasil-Estados Unidos de 1937 a 1945 pode ser considerada enganosa porque a política de ambas as nações era de conveniência ou de fachada, mascarando os reais interesses nacionais. Os norte-americanos, através da política de boa vizinhança, buscavam a americanização do Brasil para neutralizar a influência germânica, e somente pretendiam a utilização das bases militares em nosso território e o fornecimento de matérias-primas estratégicas e alimentos, enquanto o Governo brasileiro procurava tirar vantagem do namoro aparente com o Eixo e da ameaça latente ao continente sul-americano para armar-se ante a hipótese de invasão argentina e assegurar uma política desenvolvimentista.

Inicialmente, os EUA, na verdade, não se preocupavam com a defesa do hemisfério americano nem queriam a presença de forças brasileiras na África ou na Europa. Consideravam-nos despreparados e sem experiência para participar do conflito mundial, julgando que as tropas brasileiras trariam mais problemas do que ajuda. Só muito após terem se confirmado as informações transmitidas por Churchill a Roosevelt sobre a Operação Félix - que previa tropas alemãs cruzarem a Espanha, apossarem-se de Gibraltar, instalarem-se na África e se utilizarem de Fernando de Noronha como base de

submarinos para atuarem no Atlântico Sul - é que admitiram a possibilidade das forças do Eixo ameaçarem o saliente nordestino brasileiro e comprometerem a segurança do seu flanco sul, colocando em perigo não só o hemisfério ocidental, mas as ações em curso na Ásia e na África. Ante as pressões de Oswaldo Aranha e de Dutra para o envio de três divisões de infantaria e de uma blindada ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, visando tirar proveito da situação, os norte-americanos apresentaram uma alternativa de que ocupássemos as Guianas Francesa e Holandesa ou os Açores. Em face da recusa do Governo brasileiro a tal proposta, acabaram concordando que enviássemos uma força expedicionária à Itália, tida como frente secundária mas onde se registrou o maior número de baixas por divisão - 5453.

Os brasileiros, por outro lado, concluíram que só a sua participação ombro a ombro com os norte-americanos nos campos de batalha lhes asseguraria as vantagens almejadas pelo Governo e uma posição respeitada após a guerra.

A contribuição prestada pelo Brasil na luta em defesa dos ideais de liberdade, por mais modesta que fosse, mereceria o respeito no concerto das nações e permitiria a concretização do sonho de vir a ser uma potência.

Em reconhecimento aos esforços do Brasil referentes à contribuição dada à vitória aliada, assim se expressou Cordell Hull - Secretário de Estado dos EUA de 1943 a 1944 e Prêmio Nobel da Paz em 1945 - em suas *Memórias*:

Sem as bases aéreas, a vitória na Europa e na Ásia não teria ocorrido tão cedo. Essas bases, projetando-se à distância no Atlântico Sul, permitiram que voassem os nossos aviões, em grande número, para a África Ocidental, e dali para os teatros de operações na Europa e no Extremo Oriente; não fossem as bases brasileiras, não nos teria sido possível ajudar os ingleses no Egito, como fizemos no momento crucial da batalha de El Alamein (...). Enviou, ainda, o Brasil uma força expedicionária à Europa. Contribuiu sua Marinha de Guerra para o patrulhamento do Atlântico. No esforço para abastecer os EUA, perdeu o Brasil parte considerável da sua Marinha Mercante.

O *United States War Production Board*, posteriormente, declararia que “sem a produção brasileira de materiais estratégicos e a ponte aérea [dos Estados Unidos para Belém do Pará e Parnamirim] não teriam cumprido as suas metas”.

Tradicionalmente, a política externa brasileira - apenas sintonizada à política de defesa no período de Rio Branco no Itamaraty (1902-1912) - teve por finalidade defender a fronteira terrestre dos vizinhos de origem castelhana; manter o equilíbrio de poder; proteger o seu extenso litoral no Atlântico Sul, a imensa bacia amazônica, o vasto espaço aéreo, firmando, no dizer de Oswaldo Aranha, “uma verdadeira aliança de destinos” com os Estados Unidos (já antevista por Jefferson), alicerçada no apoio brasileiro à hegemonia norte-americana em troca do reconhecimento da liderança na América do Sul e, eventualmente, na África Ocidental. Os nacionalistas, no Brasil, tinham em mente uma outra aliança com a Argentina e o Chile, para se contrapor à estabelecida com os Estados Unidos, evitando, assim, a dominação por esse país.

Consequências Políticas

Não há dúvidas quanto à posição assumida pelo Brasil em defesa da democracia, conhecida aos olhos do mundo. À despeito das crises políticas internas vividas pelo País até nossos dias, a maioria da Nação brasileira vem assimilando gradualmente, cada vez mais, os ideais democráticos.

Para espanto dos que esperavam melhores dias após a guerra, causou desapontamento ver-se o Brasil excluído da Conferência de Reparações de Guerra de Paris, ficando, assim, sem receber qualquer indenização pelos prejuízos e sofrimentos experimentados, conforme ficara acordado em Ialta e Potsdam. Constituiu-se uma injustiça irreparável nivelar o Brasil a países americanos, que nada fizeram pela preservação do mundo livre, sob a alegação de que poderia lançar mão dos bens dos súditos do Eixo já penhorados e integrados à Nação brasileira.

Durante a vigência da política de boa vizinhança de Roosevelt, no propósito de favorecer o pan-americanismo, o Brasil desfrutou de certa situação confortável, em que se poderia vislumbrar um futuro promissor. A partir da Conferência de São Francisco, realizada em 1945, e do início do governo Truman, sinalizadores da mudança de rumo da política externa norte-americana de concepção global e de segurança avançada na Europa, África e Ásia, caíram no esquecimento os serviços prestados pelo Brasil no conflito mundial. Agora, o Brasil já não possuía posição estratégica vantajosa como fornecedor de matérias-primas nem suas bases militares se faziam necessárias. O Plano Marshall era a prioridade e as atenções se concentravam na ajuda aos novos aliados.

O maior arquiteto do estreitamento dos laços com os norte-americanos - Oswaldo Aranha - começava a se desapontar com a política externa dos EUA e recomendava cautela.

O Brasil exigia o mesmo tratamento dispensado pelos norte-americanos a outros aliados. Em consequência, o governo dos EUA enviou, em 1948, a Missão Abbink, a fim de ver de perto a situação do Brasil e propor soluções, particularmente para a nossa economia, esboçando, assim, o conhecido Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Ensino) do governo Dutra e a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Em 1950, possivelmente como reflexo da Guerra da Coréia, Truman preocupou-se com o subdesenvolvimento e tomou providências, numa tentativa de se proteger contra novas guerras, instituindo o Ponto IV, que nos proporcionou alguma ajuda através do *Export-Import Bank* e do Banco Internacional, financiando alguns projetos importantes que, por falhas nossas, não foram bem aproveitados.

A guerra alterou o quadro das relações internacionais, ocorrendo um surto industrial que mudou o aspecto colonial do Brasil.

A guerra teve consequências em nossa política interna. Os sacrifícios impostos aos brasileiros na luta contra o totalitarismo nazifascista em defesa dos ideais democráticos

entraram em choque e acabaram por derrubar a ditadura de Vargas. Convocada uma Assembléia Constituinte, foi elaborada a Constituição democrática de 1946, ensejando-nos o retorno ao estado de direito, em que pese as crises ocasionadas pelas paixões políticas.

Finalmente, a principal consequência política foi o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos.

Consequências Econômicas

O impacto da guerra sobre nossa frágil economia se mostrou contraditório.

A economia brasileira de antes da guerra se limitava à troca de café e de algodão, principais produtos de nossa pauta de exportação, por bens de capital, manufaturados e combustíveis. Éramos um país essencialmente agrícola, de características coloniais, dependente de capital estrangeiro. Não dispúnhamos de hidrelétricas, de refinarias e de siderurgia. Importávamos tudo de tudo.

Na iminência da guerra, o comércio exterior se intensificou e diversificou, aumentando o volume e o valor das exportações, particularmente de matérias-primas, tais como: borracha, cristal de quartzo, minério de ferro, além de produtos agropecuários. Passamos a ter saldos positivos na balança comercial, atingindo somas consideráveis para a época.

Terminada a guerra, o Brasil perdera antigos mercados europeus e não conseguira manter os novos, voltando a ser tradicional exportador de cacau, algodão e café.

O Brasil arrendara aos Estados Unidos 13 navios tripulados da nossa frota mercante e três petroleiros sem tripulação, ao preço simbólico de US\$1 mensal por unidade. Ao mesmo tempo, comprometera-se a destinar 23 outros para a navegação entre o Brasil e portos norte-americanos e ingleses.

Tivemos 32 navios mercantes afundados pelos submarinos do Eixo, totalizando 140 mil toneladas, o correspondente a mais de um terço da nossa frota comercial, com a perda de 972 vidas.

Perdemos, ainda, quase dois milhões de marcos pagos à Alemanha, referentes à compra de material de artilharia não entregue em virtude da deflagração da guerra.

Arcamos com as despesas operacionais das Forças Armadas num total de US\$361 milhões, cuja última prestação foi saldada em 12 de julho de 1954.

A Lei de Empréstimos e Arrendamento (*Land-Lease*) dos EUA (totalizando US\$200 milhões, dos quais US\$100 milhões destinados ao Exército), que tanto sangrou nossa debilitada economia, teve um aspecto positivo: proporcionou a modernização e a revitalização das Forças Armadas brasileiras.

Finalizada a guerra, os saldos congelados nos EUA e na Inglaterra atingiram mais de seis bilhões de dólares. Dos elevados saldos em moeda forte no exterior, provenientes de exportações feitas durante e após a guerra, malbaratamos, lamentavelmente, quase a metade importando automóveis, eletrodomésticos, uísque, cigarros e quinquilharias, bem como aceitamos a aplicação de boa parte na recuperação de empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Assim, pouco recebemos.

A fim de se resguardar dessa gastança, o Governo, a tempo, impôs uma licença de importação, só aprovando negócios aparentemente não-lesivos aos nossos interesses.

Desta forma, as divisas obtidas no estrangeiro, à custa de sacrifícios do povo brasileiro, foram esbanjadas, dando a impressão de prosperidade às camadas mais altas da sociedade, provocando descontentamentos entre as menos abastadas.

O Brasil contribuiu também com vultosa quantia dos saldos existentes no exterior para a criação do Banco Internacional de Reconstrução.

Desprovidos de reservas cambiais e de poupança interna, recorremos a empréstimos externos e à emissão de moeda, dando origem a contínuo fluxo inflacionário, para criar um parque industrial e promover o crescimento econômico, com a exploração de petróleo na Bahia, a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso e da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Não atentamos, entretanto, para as disparidades entre empreendimentos industriais e agrícolas, bem como para as discrepâncias da renda *per capita* da Região Centro-Sul em relação às das demais, causando desequilíbrios regionais que acentuaram a insatisfação no campo e na cidade.

Preocupado com as secas do Nordeste e os desafios da Amazônia e do Centro-Oeste, o Governo lentamente procurou aumentar os investimentos nessas regiões para assegurar um desenvolvimento integrado e harmônico da economia nacional.

Na realidade, apesar de vencedores, acabamos economicamente pior do que os vencidos.

Consequências Militares

A participação da FEB na campanha da Itália, ainda que considerada limitada no conjunto de 69 divisões norte-americanas nas operações levadas a efeito em solo europeu, teve importantes reflexos em nossas Forças Armadas sob diversos aspectos.

A imagem do militar cresceu no âmbito da sociedade, ganhando o merecido respeito da Nação resultante do elogiado desempenho face a experimentados e determinados combatentes. O soldado brasileiro recuperou a auto-estima conquistada nos campos de batalha sul-americanos em defesa da Pátria.

Antes da Guerra, a imagem do Brasil era a de um país continental subdesenvolvido, inexpressivo, fonte inesgotável de matérias-primas, foco da ambição internacional. A FEB projetou o Brasil no exterior sobremaneira, segundo palavras do Ministro das Relações Exteriores Vasco Leitão da Cunha.

Um ambiente menos rígido e tolerante prevaleceu na convivência da caserna, rompendo o isolamento social decorrente do nível cultural, do padrão de vida e valores da gente fardada.

O aumento do efetivo demográfico da Nação, aliado à compreensão da necessidade de segurança e modernização das Forças Armadas permitiu a ampliação dos seus contingentes e quadros.

O Exército reestruturou-se completamente, adquirindo armamento moderno, canhões antiaéreos e de campanha com maior alcance, motorizando-se, mecanizando-se e substituindo as unidades hipomóveis por outras dotadas de grande capacidade de fogo e mobilidade. O advento do avião, do helicóptero, dos mísseis, dos blindados, das forças aeromóveis e aerotransportadas, de modernos equipamentos de engenharia, de comunicações e de guerra química sinalizou o início de nova era. Fez-se mister uma guerra para que atingíssemos patamar reclamado há muito tempo.

A criação da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos veio muito contribuir para o profissionalismo e modernização das Forças Armadas brasileiras.

A guerra exigiu tais transformações e estas demandaram maiores gastos para os cofres públicos. Era o preço a pagar pela liberdade - *si vis pacem para bellum*.

Trocamos a doutrina francesa defensiva de emprego das forças terrestres pela norte-americana de concepção ofensiva e, então, cômicos das nossas potencialidades e vulnerabilidades, fomos estimulados a desenvolver a doutrina militar brasileira.

A Guerra Fria, marcadamente ideológica, trouxe-nos outros desafios para os quais não estávamos preparados - a guerra revolucionária e psicológica, cujo fantasma volta a pairar sobre o mundo. Devemos agir com muita prudência e discernimento para não abdicarmos da nossa identidade nacional e dos valores tradicionais de amantes da liberdade. Priorizar - nesta seqüência - os interesses nacionais, regionais, continentais e internacionais, tendo sempre em mente que somos cristãos, ocidentais e americanos; não confiar a nossa segurança a terceiros nem nos deixar levar por modismos passageiros ou aceitar alinhamento automático de qualquer natureza de quem quer que seja.

Os avanços tecnológicos aplicados à arte da guerra exigiram que o soldado de nossos dias tenha mais cultura e melhor nível educacional. O Exército, portanto, não deve retroagir aos tempos das antigas escolas regimentais e dos centros profissionalizantes para os contingentes incorporados às suas fileiras, em detrimento da formação militar do soldado. Não podemos nos dar ao luxo de repetirmos o erro de ir à guerra com advogados, engenheiros, médicos e outros profissionais liberais especializados

preenchendo cargos de combatentes das armas-base. A seleção e a classificação processadas empiricamente e sem critérios científicos na guerra passada não tem mais lugar. Modernamente, dispomos de processos que aproveitam o convocado segundo suas aptidões e tendências, impedindo desajustamentos inaceitáveis.

Os norte-americanos exerceram influências altamente benéficas na padronização dos programas de instrução - os famosos PPs - e de métodos atualizados de ensino e de instrução, nivelando e sistematizando os conhecimentos.

A especialização prevaleceu sobre a generalização diminuindo o academicismo e levando-nos à criação da EsIE e outros estabelecimentos de ensino especializados.

A realização de estágios e cursos ministrados em centros de estudos e pesquisas ou estabelecimentos de ensino militares e civis estrangeiros por oficiais e graduados brasileiros elevou o nível cultural dos quadros da Força Terrestre.

A adoção do sistema de ensino à distância difundiu conhecimento, facilitou o ensino de línguas e reduziu custos, mantendo os quadros atualizados. Foi outra grande experiência introduzida entre nós pelo contato com os norte-americanos.

As alterações dos currículos nos estabelecimentos de ensino militares, abrindo espaço para o estudo de Chefia e Liderança, Pedagogia, Psicologia e Sociologia, indispensáveis à formação dos quadros, veio sanar lacunas constatadas há anos.

Do convívio com as tropas estrangeiras, de cultura, hábitos e mentalidade completamente diferentes, sentimos a influência profunda verificada na disciplina, tornando-nos mais compreensíveis, humanos, liberais, menos rígidos e isentos de preconceitos. A disciplina autoritária e do medo cedeu lugar à consciente, reduzindo a distância entre subordinados e superiores.

O fardamento usado pelos norte-americanos durante a campanha italiana serviu de modelo para o novo plano de uniformes do Exército, adotado logo após a guerra. Foram abolidos o talabarte Sam Browne, inglês, as botas, a espora e o esporim, o culote, a túnica abotoada até o colarinho, o capacete tipo adriano francês, a capa "Ideal" e a pelerine, tornando-o mais confortável, distinto, funcional, simples e adequado às variações climáticas.

A guerra revelou o despreparo das Forças Armadas para cumprir missões além-mar em terreno adverso e sob severas condições climáticas.

Não possuíamos mentalidade de país marítimo com vasto litoral, forçando-nos o estabelecimento de um programa de reaparelhamento da Marinha de Guerra.

A necessidade de centralização dos meios aéreos levou à criação da Força Aérea Brasileira e à fabricação de aeronaves.

A evidente carência de um órgão de cúpula de planejamento e de coordenação do emprego das Forças Armadas exigiu a criação, em 1946, do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), predecessor do Ministério da Defesa, da Secretaria, do Conselho de Segurança Nacional (existente desde 1927 com o nome de Conselho de Defesa), da Escola Superior de Guerra (1949), despertando as elites para a magnitude dos problemas de segurança e desenvolvimento e a responsabilidade de todos os cidadãos. A despreocupação do Brasil com as ameaças latentes internas e externas configuradas em hipóteses de guerra atualizadas colocou-nos em situação crítica por não darmos a importância devida ao preparo da mobilização e desmobilização.

Infelizmente, a criminosa desmobilização prematura da FEB (antes da sua chegada ao Brasil), por razões políticas e injustificáveis ciúmes, geradora de problemas insolúveis até agora, impediu-nos a absorção de valiosos ensinamentos colhidos a duras penas nos campos de batalha. A maioria das praças licenciadas não recuperou os empregos que tinha antes da guerra. Muitos nem sequer tinham profissão e na volta foram abandonados à própria sorte. Boa parte dos oficiais de carreira viu-se espalhada pelo País afora, não tendo a sua experiência de combate aproveitada. Que lhes sirva de alento o sábio conselho do Padre Antônio Vieira: *Se servistes à Pátria e ela vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis e ela o que costuma.*

A FEB foi a única tropa ibero-americana, integrada por brancos, negros, pardos e amarelos, a cruzar o Atlântico para lutar além-mar, causando perplexidade como os brasileiros conseguiam essa proeza sem choques raciais.

Constituiu-se um esforço sobre-humano a até mesmo verdadeiro milagre que tenhamos ido à guerra e nos superado, ante o nosso grau de despreparo e subdesenvolvimento, cobrindo-nos de glórias.

Podemos nos ufanar das palavras de despedida do Tenente-General Willis D. Crittendon, Comandante do 4o Corpo de Exército, que enquadrava a 1a DIE:

(...) Combatestes brava e valentemente e contribuístes substancialmente para a conquista da vitória das Nações Unidas (...). Podeis estar orgulhosos, com a certeza de terdes cumprido integralmente a missão para a qual o povo brasileiro vos enviou para solo estrangeiro. (...)

Esta mensagem acompanhava a outorga do título de membro honorário do 4o Corpo de Exército dos EUA a todos os integrantes da 1a DIE, não homologada pelo Congresso dos EUA.

Por outro lado, os feitos do soldado brasileiro em campanha não empolgaram a juventude a procurar a carreira das armas.

Consequências Psicossociais

A mobilização procedida em clima de guerra psicológica adversa converteu a propaganda

negativa em positiva - é mais fácil a cobra fumar do que a FEB embarcar - no seu símbolo e lema - a cobra fumando.

O brasileiro levava a sua vidinha tranquila, isolado nos trópicos, sem pressões, acomodado aos interesses regionais ou locais, não se apercebendo das graves ameaças que o aguardavam.

A guerra registrou a penetração norte-americana no País e o pós-guerra a disseminação da cultura e dos costumes norte-americanos. O francês saiu de moda e a língua inglesa dominou por meio do cinema, do rádio, da música e da mídia em geral. Contribuíram, ainda, para tal, bolsas de estudo, programas de intercâmbio e de visitas aos EUA, patrocinados pelo governo norte-americano, afora o comércio incrementado de vestuário e produtos alimentícios. O fascínio pelo *way of life*, pelos automóveis luxuosos e bens de consumo atraentes, resultado de propaganda, levou à americanização da sociedade brasileira.

A ruptura de acordos firmados no tempo da guerra e a Guerra do Vietnã conduziram ao distanciamento político entre os dois povos.

As correntes migratórias avolumaram-se no pós-guerra, quantitativa e qualitativamente, incluindo até contingentes de alemães, italianos e japoneses, prova de nossa índole pacífica e hospitaleira, e evidência de que temos condições ainda de abrigar gente de diversos padrões culturais e de qualquer parte, disposta a trabalhar de boa vontade pelo engrandecimento da Nação.

No pós-guerra, constatou-se elevação da expectativa de vida e queda da mortalidade infantil, valorização do homem, com redução das chagas do analfabetismo e de doenças endêmicas, mas conservando também índices deprimentes terciomundistas de desenvolvimento social, fome e miséria, que até hoje nos afligem.

A explosão populacional que se seguiu ao conflito acentuou a falta de uma política social para atender à demanda habitacional, assistencial e trabalhista, geradora de empregos. Intensificou-se a prática de esportes e da educação física. Sentiu-se necessidade de comunicação social e de massa, bem como da eliminação dos quistos raciais estrangeiros.

A convocação de cem mil homens para se selecionar 25 mil para a FEB mostrou a falta de higiene do povo em geral, por inexistência de bons hábitos de alimentação e de higiene, especialmente nas camadas de onde provinham os soldados.

Conclusão

É um erro associar a Revolução de 1964 à doutrina de segurança nacional inspirada pela Escola Superior de Guerra (ESG), e muito menos aos norte-americanos, mas inegavelmente o espírito da FEB serviu de fio condutor de idéias antigas e enraizadas dos militares que levaram o Brasil a ser içado a 8ª economia do mundo.

A epopéia escrita pela FEB na Itália, junto com as Marinhas de Guerra e Mercante no Atlântico Sul e a FAB nos céus brasileiros e europeus, não poderá cair no esquecimento das gerações de hoje e futuras e ver-se substituída das páginas da nossa História Militar, que se confunde com a da própria nacionalidade, no dizer de Pedro Calmon.

O patriota e talentoso General Góes Monteiro, em correspondência ao Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, no ano de 1944, dizia: “(...) deixarmos transcorrer o atual momento histórico (...) sem nos levantarmos do *berço* para adquirirmos uma posição sólida e desafiada no continente, creio que arriscaremos a perder tudo mais”.

O mundo travava a maior guerra já enfrentada pela humanidade e os líderes civis e militares brasileiros se empenhavam para alcançar uma posição compatível com a estatura do Brasil.

Se não logramos êxitos no campo econômico, mais por culpa própria, a guerra não nos trouxe apenas sacrifícios. A participação brasileira no conflito serviu para despertar o gigante adormecido e representou, em síntese, um ponto de inflexão do Brasil para a modernidade.

História não é simpatia ou antipatia, mas verdade comprovada pelos fatos. De nada vale se não colhermos ensinamentos dos acertos e erros cometidos no passado para projetarmos um futuro mais promissor.

Constitui, pois, é bom lembrar, autêntico desserviço à nacionalidade brasileira neste momento não referenciar acontecimentos históricos que deram rumos diferentes ao Brasil em seu processo evolutivo há sessenta anos.

Bibliografia

ARAGÃO, José Campos de. “O Brasil na Segunda Guerra Mundial”. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, Volume LV, 1984, Rio de Janeiro.

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952.

CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron. *Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

HERRERA, Heitor Almeida. *A Estratégia dos Aliados na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

LAVANÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Aeronáutica, 1967.

MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. *A FEB pelo seu Comandante*. Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Faria, 1951.

McCANN Jr., Frank D. *The Brazilian American Alliance - 1937-1945*. Nova Jersey, EUA: Princeton University Press, 1973.

----. The Força Expedicionária Brasileira in the Italian Campaign, 1944-5. *The Professional Bulletin of Army History*. Washington, EUA, Primavera de 1993.

MEIRA MATTOS, Carlos de. *O General Mascarenhas de Moraes e sua Época*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1983.

___. "As Forças Armadas do Brasil na Segunda Guerra Mundial". *Revista do Clube Militar*, n. 294, 1990, Rio de Janeiro.

MERCADANTE, Paulo. *Das Casernas à Redação*. Rio de Janeiro: Editora UniverCidade, 2004.

Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira*. 5º volume, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1985.

NUNES, Roberto. "Notas sobre a Viagem do Primeiro Escalão da FEB para a Itália". *Revista do Exército Brasileiro*, v. 120, n. 4, out./dez. 1983, p. 120-124.

PY, Aurélio da Silva. *A Quinta Coluna no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

ROHWER, Jurgen. "Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial". *Navigator*, n. 18, 1982, Rio de Janeiro.

SALDANHA DA GAMA, Arthur Oscar. *A Marinha do Brasil*. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982.

VIDAL, Germano Seidl. "Quanto Custou ao Brasil a Segunda Guerra Mundial?" *Revista da Escola Superior de Guerra*, n. 15, 1990, Rio de Janeiro.

WALTERS, Vernon A., General. *Silent Missions*. Nova York: Doubleday and Co., 1978.

* Coronel do Exército Brasileiro. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Membro da Academia Portuguesa da História.